



UNILAB

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

PROJETO DE PESQUISA

TÍTULO

Análise discurso da cooperação Brasil e Angola nas décadas de 1975 a 2002

Projeto de Pesquisa produzido como
requisito para conclusão do curso
Bacharelado em Humanidades
da UNILAB.

ORIENTANDO: Jenito Abreu João Faustino

ORIENTADORA: Larissa Oliveira e Gabarra

Ceará/2017

SUMÁRIO:

Projeto de pesquisa.....01.

Análise discurso da cooperação Brasil e Angola nas décadas de 1970 a 2002

Proposta de I sessão do I capítulo.....20.

Relações históricas (e por que não internacionais?) entre Angola e Brasil

Proposta de I sessão do II capítulo.....25.

Olhar para Angola da política externa Brasileira

RESUMO

Este projeto trata-se de uma análise sobre o discurso diplomático do Brasil para Angola no período de 1975 a 2002. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer o estado angolano representado pelo MPLA, em um momento de tensão e transição na política externa e interna, e num processo de planificação econômica do governo do general Ernesto Geisel, II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. De fato, até 1985, período em que se introduz o ciclo democrático no Brasil e mesmo posteriormente (2002), o discurso é pragmaticamente reside na história, num ensaio sócio antropológico de estabelecimento de relações fraternas entre os países. Esse discurso é retomando em vários momentos da política brasileira, assim como se mantém como recurso na da esfera acadêmica. A justificativa desse discurso, além da geografia permeável às transações de variados gêneros, é considerar os contatos históricos desde o século XVII; pela fragmentação da administração colonial portuguesa, que gerou a presença brasileira nas atividades comerciais, administrativas, política e segurança pública em toda a zona de influência portuguesa e em especial em Angola o discurso repercute na experiência histórica. Desde a participação dos ambranquistas (Santomenses e Brasileiros) nas guerras do Congo, desde as lutas pelo controle do povo do leste e do interior-norte de Angola (Ingambalas, Jagas), da insurreição de Pernambuco e da guerra contra os holandeses em Luanda (1648), a ascensão administrativa do Brasil em Angola ganha proporções que podemos denominar de um comércio “bilateral” de aguardente e escravizados, emergente particularmente por “homens do comércio” do Rio de Janeiro com grandes mercados de importação de escravos oriundo de Benguela, entre outras localidades na África subsaariana.

A presença brasileira acompanhou assim fluxos comerciais frequentes e ininterruptos. Considerando o contexto colonial angolano, essa relação bilateral foi precária e foi acompanhada do pouco discurso produzido academicamente e politicamente sobre ela no momento e no passado. O discurso procurou uma neutralidade quanto ao reconhecimento de grupos organizados politicamente durante as lutas anti-coloniais (1940-1975). A história dessa “presença brasileira” ou ainda presença africana no Brasil foi retomado nos estudos de Gilberto Freyre, contratado por Portugal em 1942 para pensar a África que se pretendia lusófona como um futuro Brasil. A partir daí esse discurso é reproduzido na literatura e selecionada pela política externa brasileira. O reconhecimento do estado angolano em 1975 trouxe desafios bilaterais entre os dois países, paralelos aos desafios da agenda econômico Mundial e

desenvolvimentista, que a partir de 1980 se apresenta com criação e sistematização das organizações. Nessa nova realidade, o discurso deixa de ser descontínuo, porquanto se contrai ao mesmo tempo que se expande nas aspirações técnicas para médio e longo prazo.

PALAVRAS CHAVES: *Brasil, Discurso, política externa, história, Angola*

APRESENTAÇÃO / CONTEXTO HISTÓRICO

O presente projeto procura entender a particularidade do discurso da cooperação internacional entre Brasil e Angola e também sua especificidade no internacionalismo nos Países de Língua Oficial Portuguesa - São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, além de Portugal. Uma particularidade do discurso, oriunda do momento das independências africanas, e ainda atual, que acompanha o encaminhamento das relações técnicas dos dois países desde a independência de Angola – 1975.

A movimentação da política externa brasileira para Angola, desde o marco de reconhecimento da independência do último, entre outras questões, levantava a intenção econômica da abertura do mercado para exportação. O principal produto de interesse dessa abertura brasileira para um mercado de Angola foi o petróleo – cuja dependência das divisas do Brasil era de 80% (PINHEIRO, 2007, p.84), as exportações em dólares cresciam cerca de 29% em relação aos anos anteriores, e as importações tinham um aumento apenas de 1,8%, caindo assim para 34% a balança comercial do país, apenas no movimento de mercadorias. Diante dessa circunstância econômica se acrescenta a grande crise mundial do petróleo que ameaçava o invejável PIB brasileiro. Assim, o governo Ernesto Geisel, em 1975, propôs um dos maiores projetos econômicos que pretendia o aumento das exportações para 20% até 1979; patente nos discursos econômicos (GEISEL, 1975, p. 306), como “plano de substituição” de exportação, que foi a preocupação do II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. Esse discurso denunciava a necessidade de expandir o mercado através de políticas selecionadas para Países de Língua Oficial Portuguesa – PALOPs – no contexto nacional de “aproximação”, tal como Geisel se referiu na saudação de fim de ano em 30 de Dezembro de 1975:

1975 foi também fecundo no estreitamento dos laços de amizade com as nações africanas. Êxito especial deve ser creditado à política de aproximação com as novas nações de língua portuguesa, no contexto da qual, fiel aos princípios de não-intervenção de respeito à autodeterminação dos povos, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com todos os Estados oriundos das antigas colônias de Portugal (GEISEL, 1975, p. 313).

A determinação da política externa brasileira se propunha mudar o rumo dos acontecimentos e propor um novo ciclo de relações de cooperações autônomas com “Estados oriundos das antigas colônias de Portugal”. A política externa brasileira já havia ratificado na sua agenda diplomática a aproximação com países africanos desde as

décadas de 1950 e princípio de 1960. A localização geográfica do hemisfério sul e as aspirações para o “outro lado atlântico” já eram discursos intensos no Brasil. Embora o “sistema de cooperação técnica internacional” brasileiro, nesse período se instala primeiramente no contexto multilateral das Nações Unidas e América do Sul, com a aprovação da Comissão Nacional de Assistência Técnica – CNAT – pelo decreto de 31 de abril de 1946. A partir de 1969, várias revogações e reexames foram feitos nesse sistema e ao longo de meio século transformaram a CNAT na atual Agência Brasileira de Cooperação – ABC – de 1987. A carácter da ABC enquadrou a política externa técnica brasileira no *ownership*, que a vincula aos países em desenvolvimentos e eminentemente aos estados de língua oficial portuguesa, evidenciando a transformação de décadas do sistema de cooperação técnica paralelo ao discurso

Se pode considerar até 1987 um momento de produção de um discurso diplomático brasileiro em relação a Angola, no seu aspecto técnico, promovendo um plano económico inerente ao estado, no qual sua aplicação precisou de um aprofundamento de estudos prévios, tal como já elegia o presidente Jânio Quadro (1961) “O ministério das relações exteriores já recebeu instruções para criar uma comissão de estudos das nossas relações com a África” (QUADRO, 1961, p. 97). Na década de 1960, acreditava-se que as relações com a África estavam patentes na história, porém a necessidade de sistematizá-las para potencializar as cooperações técnicas foi emblemática, por conta da maturação dos estados africanos e da movimentação do mercado internacional na década de 50.

No âmbito da comissão de estudos proposto por Jânio Quadro, o ministro das relações exteriores Afonso Arinos desenvolveu a ideia de Política Externa Independente – PEI, consequência do envolvimento das massas populistas às movimentações do país na sociedade internacional e no contexto estratégico da Guerra Fria. Através dos aparelhos midiáticos, ondas de rádios, televisão e jornais, se pode identificar tal tendência nos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitcheshek, como um senso “nacional desenvolvimento” (MANZUR, 2014, p. 170).

O Brasil nunca teve uma política externa bastante intensa, já que adota um discurso histórico de aproximação com os PALOPs a despeito das implicações ideológicas, vinculada ao socialismo, adotado pelos recém países autônomos, ou ideológicas capitalistas da sua antiga metrópole, Portugal. O governo, independentemente dos regimes internos das décadas de 50 (com Jânio Quadros), de 70 (ditadura) e do processo redemocratização de 1984, aponta uma política externa

justificada em termos sociológicos, calcados em uma irreversível pertença histórica. A distensão branda proposta por Geisel, que compreende a abertura política, teve como marco inicial a aproximação e reconhecimento da independência dos países de língua portuguesa, especificamente Angola, os quais construíram seus Estados sob bases marxistas. Durante as décadas de 50 a 70 se aprecia a adoção da teoria racial e do perfil cultural da configuração social brasileira, como discurso da política externa. Proposto pelo Chanceler Afonso Arinos que alegava:

“Além disso, os processos de miscigenação com que a metrópole portuguesa nos plasmou facilitaram a nossa democracia racial, que, se não é perfeita como desejaríamos, é, contudo, a mais avançada do mundo” ... “Somos etnicamente mestiços e culturalmente mesclados de elementos provenientes das imensas áreas geográficas e demográficas, que neste século desabrocham para a vida internacional” (ARINOS, 1961).

O discurso é movimentado das teorias sociais para política de estado de tal forma pragmática e conseqüentemente avaliado na esfera da política interna e externa. No debate sobre a “situação de Angola” na ONU, referente a resolução nº 1.603 do conselho de segurança das Nações Unidas, a delegação brasileira apresentou seu parecer com a seguinte declaração:

“Nossa opinião é determinada pela influência de dois fatores. O primeiro resulta da história do nosso passado e dos seculares laços que nos ligam a Portugal, cuja cultura se manteve em tantos e tão importantes elementos da formação nacional brasileira. O segundo fator é o anticolonialismo brasileiro, traço marcante da nossa fisionomia nacional, imposto pela fraternidade racial, pela posição geográfica, pelos interesses econômicos e pela sincera convicção” (DANTAS, Apud ARINOS, p. 191, 2011).

O período que se compreende da independência até em 1984 foi um momento em que o Brasil procurou intensificar sua política externa com Angola, discriminando Angola com sugestões e políticas singulares, anexando o discurso ao contexto do processo da descolonização.

A conferência de Bandung realizada na Indonésia em 1955 teve como princípio comum o não alinhamento com nenhuma das potências do Norte; e, embora tenham participado apenas seis países africanos (Ghana, Etiópia, Egípto, Líbia, Libéria, Sudão), defende-se que da conferência nasce a aspiração ideológica da cooperação sul-sul. No contexto geopolítico de cooperação entre países do Sul, o Brasil se expandiu tecnicamente e com segurança estratégica, de modo que a segurança da cooperação é acompanhada de um acervo discursivo, influenciadas pelos fatos históricos e culturais, e a cooperação com a Angola se tornou relevante.

A partir de 1980, surgem algumas cooperações, com base em acordos bilaterais, como a contratação da Odebrecht em 1984 para construções de barragens hidroelétricas, ou o decreto N° 92.342 de 28 de janeiro de 1986 que regulariza a Transporte Aéreos Angolanos – TAAAG – em solo brasileiro. As relações estabelecidas nesta década chamam atenção pelas aproximações de caráter mais técnicas e governamentais, de modo geral, registra-se seis decretos concretos para a Angola. Entre os diversos acordos de cooperação económica, cultural e científica, um dos quais é a criação do primeiro grupo parlamentar Angola-Brasil foi regida pela Resolução da câmara de deputados N° 8 de 1989. A nível discursivo, além das produções literárias do Itamaraty sobre o Atlântico Sul, através da Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, pouco mais de 39 debates passivos – que não foram legislados – na câmara dos deputados referentes a política externa com Angola foram realizados. Segundo o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI/FUNAG, desde 1979 os trabalhos acadêmicos sobre Angola produzidos nas universidades constituem 42% da produção sobre as temáticas de relações internacionais, e 26% para sociologia . Situação deve ter sido intensificada com a aprovação da Lei N° 10.639 de 9 de janeiro de 2003.

Suas transições se apresentam do seguinte modo: primeiro social (c.1500 – c.1870), se verifica um discurso abstrato e que não concebia as relações sócio culturais entre Brasil e Angola como tema de debate, apenas essas relações permeavam a configuração social brasileira; segundo literário (c.1870 – c.1950), a produção literária apropria-se da história das relações Brasil e Angola, ainda numa concepção basicamente sociológica; e, terceiro político (c.1950 – hoje), essa produção literária é apropriada pelo discurso da política externa.

Deste modo, o discurso diplomático do Brasil para Angola torna as décadas de 1970 a 2002 objeto de análise por conta da quantidade de informações discursivas. As políticas internacionais vem criando forma de se desfazer do fardo colonial, criando um novo relacionamento entre os países sul-sul, mas que no entanto, repetem a mesma base histórica de relação lusófona. O êxito das cooperações técnicas entre os dois países, principalmente entre os anos de 1975-2002 permitiram o aperfeiçoamento do discurso de uma herança lusófona comum que é simbolizado por uma cordialidade e fraternidade, nem sempre experimentadas na prática da diplomacia.

OBJETIVOS E HIPÓTESES

Objetivo principal do projeto é identificar a peculiaridade do discurso diplomático entre Angola e Brasil nos anos de 1975-2002, suas continuidades e rupturas em relação à cooperação econômica. Discurso construído a partir de uma ideia de irmandade entre os dois países, colonizados pelos portugueses, de maneiras diferentes, exercitado como dilema das relações internacionais, que na última década ganhou um perfil de cooperação sul-sul. Por meio das análises dos pronunciamentos, tais como presidenciais e consulares, sobre o estado das relações Brasil e Angola; da literatura utilizada por esse discurso, questiona-se se esse discurso utiliza bases históricas – não necessariamente historiográficas – e culturais para compor uma identidade que se pode chamar atlântica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

A partir do processo de construção desse discurso em uma longa duração e suas três rupturas, apresentadas acima, para o recorte temporal de 1975- 2002, pergunta-se:

- O segundo momento aparentemente é resultado da consolidação do estado Brasileiro. É possível falar em um quarto momento, a partir da consolidação do Estado Angolano em c.1975?
- Pelo fato de Angola ter se tornado um Estado independente a partir de 1975, o discurso antes dinâmico, aparentemente se consolida? De certa forma, ganha um carácter permanente, que ao contrário das motivações econômica – que variaram ao longo dessas décadas, esse discurso pouco se transforma. A utilização da literatura sobre as relações sociais e culturais Brasil e Angola nesse discurso diplomático estagnou? O discurso parou de se realimentar com as novas pesquisas sobre os dois países?
- Quais os silenciamentos e quais as monumentalizações sobre a história das relações dos dois países nesse discurso diplomático?
- Até que ponto a produção literária sobre as relações sociais culturais econômica e política Brasil e Angola influencia os discursos da relação diplomática entre os dois países?

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos anos a relação diplomática entre Brasil e Angola tem sido estudado com maior ênfase nas fundamentações históricas e culturais na academia, onde depois de 2002 os trabalhos literários sobre a política externa dos dois países procuram consolidar o quadro do relacionamento da diplomacia cultural do Brasil sobrevivente desde a década de 50, apesar da complexidade do sistema internacional mais técnica.

Esse fato nos leva a estudar o tema discurso da cooperação Brasil e Angola 1970-1975, num período em que esse discurso tem maturidade no âmbito estatal, e é usual para a política externa do Brasil para Angola. No aspecto técnico, o período até 2002 se apresenta com a criação de grandes blocos econômicos e organizações internacionais assim como agendas de desenvolvimento global, no qual o Brasil teve que se readaptar - após 24 de ditadura militar e uma economia considerável, porém “centralizada”, com a implementação da democracia, ao mesmo tempo mantém a diplomacia solidária com afro-Ásia, esse fator nos leva a estudar de que maneira esse discurso pode acompanhar a cooperação técnica.

PROBLEMATIZAÇÃO/REVISÃO BIBLIOGRÁFICA:

No contexto colonial português em África estão as bases sociológicas no qual se fundem os discursos diplomáticos que ocorrem na atualidade, pelo menos no seu aspecto crucial, quanto a “irmandade” entre Brasil e Angola. A escrita da História teve um papel notável na produção do discurso, criando ligações de hábitos, costumes e convenções se explica as estreitas relações de comércio entre Brasil e Angola. Os diferentes gêneros literários levam a cabo essas relações desde a expansão colonial americana nos séculos XV - XVIII até o momento da consolidação de repúblicas independentes e estruturação da colonização africana nos séculos XIX e XX. No período da colonização africana além da movimentação para obtenção do território, surgem regulamentos de dimensões econômicas, políticas e judiciárias que desencadeiam uma dinâmica nas relações diplomáticas entre os territórios ultramarinos portugueses em África e os demais países na Europa ou América. Desde o início do século XX, a Organização Internacional do Trabalho – OIT – e mais tarde Organização das Nações Unidas – ONU oferecem objetos de estudos para as relações internacionais, a exemplo das políticas internacionais que desenvolvem em relação ao modo colonial português – trabalho forçado. Esse panorama tinha como foco o fim do trabalho forçado, mesmo que sob o signo de contratual, e constituía uma exigência do que vem a

ser chamado de direitos humanos. O registro e consequentemente, o perfil de Portugal e sua política colonial com Angola, instaurou o litígio de Portugal com a ONU (1961-1974), marcada na resolução 163 do conselho de segurança das nações unidas.

Os paradigmas da história que fundamentaram o discurso diplomático de irmandade e laços culturais entre Brasil e de Angola está calcado na noção do lusotropicalismo, apresentando os precedentes das relações sociais de nações construídas a partir de uma cordialidade portuguesa, adaptável aos trópicos e, portanto, mais propensa a dirigir às suas colônias, ou ex-colônias de forma mais amena. O uso que se faz do lusotropicalismo hoje passa pela ideia política de lusofonia. Essa sim tenta excluir a descontinuidade das relações sociais no passado mais distante para cristalizá-las apenas pós 1942, via uma política do Estado Salazarista, que se perpetua nas políticas dos Estados de língua oficial portuguesa. Esse círculo de relações remotas, busca - no período mais recente, assimetrias para a criação de história comum e representatividade de sociedades diversas para a viabilidade da cooperação das nações.

A maneira como a teoria do lusotropicalismo é divulgada nas colônias portuguesas em África tem dimensões sociais e políticas passíveis de serem verificadas como um discurso oportunista, com a intenção de moldar as mais firmes bases estruturais das relações entre os grupos (étnicos) diversos de Angola, mas principalmente desses com sua metrópole, constitutivas da sociedade da década de 50. Publicado em 1933 pela primeira vez, com o título “Casa Grande & Senzala”, Gilberto Freire expõe uma iniciativa sociológica de valorizar um Brasil mestiço fruto de uma “boa colonização”, que irá ser apropriado pela sua ex-metropole para numa tentativa de garantir a continuidade das colônias em África. O problema da raça para a construção da identidade cultural brasileira, nas palavras de Freyre era “deixar de pensar a Nação através da ideia de raça, e passar a pensá-la através da ideia de história, de cultura, de uma razão universal, que nós brasileiros também deveríamos possuir” (VELOZO, p. 8. 1994). O Colonialismo português seria o recente agente civilizador e miscigenador no Brasil e favorável a adaptação cultural nos trópicos. Esse estudo sobre o Brasil, ganha nos anos seguintes uma dimensão externa que mais tarde se tornou um recurso político principalmente português em África, mas também do Estado Brasileiro para manter as relações com os PALOPs¹.

¹ Na mesma perspectiva de valorização da mestiçagem como formação social do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda “Raízes do Brasil” (1936), Caio Prado Junior “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942) vão construir a ideia de nação e modernidade associando a cultura local com a ideia de civilização.

O lusotropicalismo é uma caracterização do sociólogo Gilberto Freyre sobre a sociedade colonial brasileira; e, portanto, dos papéis dos escravizados e dos portugueses na construção do país, que irá dar escopo à ideia de lusofonia, propagada a partir de 1995, com a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Esse escopo histórico, baseado nas ideias de Gilberto Freyre, dificilmente vem sendo desconstruído para dar lugar a uma análise em que os povos africanos protagonizaram a construção do mundo Atlântico, ou da Era Moderna, tanto no que tange o comércio, quanto no que tange a cristianização na África, como nas Américas. Porém, é esse discurso “falsário” que permanece nas narrativas da cooperação Brasil e Angola hoje.

As fundamentações lusotrópicas transbordaram de dentro do campo sociológico brasileiro para fora, a partir de 1942, em colônias portuguesas em África, quando de uma viagem de Gilberto Freyre a convite do governo do Estado Novo, em nome de Oliveira Salazar, a Cabo verde, Guiné-Bissau e Angola. Constrói-se então uma lusofonia tropical viável para a governança portuguesa, que mergulhará na ideia de um colonizador menos agressor. As ideias freyrianas passam a se afirmar para o mundo, por meio de temas de relevância para a compreensão das relações coloniais portuguesas como: a miscigenação, a convivência saudável, a formação da sociedade brasileira uma perspectiva de particularismo que deu certo. Para além da teoria sociológica freyriana que se difunde no Brasil, a leitura da sociedade colonial brasileira sob essas bases, revelou-se no momento como uma linhagem política e econômica para as relações de atores diferentes em "cooperações domésticas" que desculpava a imagem do colonizador explorador, provedor dos contratos de São Tomé e Príncipes, conhecidos e denunciados pela Organização Internacional do Trabalho, como trabalho escravo. Por meio do resultado positivo da miscigenação harmoniosa, da convivência pacífica entre brancos e negros observados na sociedade Brasileira, no qual Gilberto Freyre se apoia para construir seu olhar sobre o passado colonial brasileiro, Portugal na segunda metade do século XX, procurara (em contraponto às tensões na sociedade norte-americana em relação ao Movimento dos Direitos Civis e as ações da Ku Klux Klan) construir uma nova imagem de governança. Diante da sociedade internacional, a política colonial portuguesa foi questionada, desde a candidatura à membro da Organizações das Nações Unidas – ONU – em 1945, a proposta foi vetada por pouco mais de uma década. Para a URSS o favorecimento à gerência colonial de Portugal, após a década de 1950 pela ONU indica claramente que estamos falando de uma política externa, construída por

meio de discursos que legitimam nem sempre ações diferentes, mas muitas vezes as mesmas ações, que ora são vistas como anti-éticas, ora como benéficas.

Portugal, conscientemente, diante dessa situação de crítica internacional, inclusive na tentativa de manutenção das colônias Ultramar em África se prestigia do discurso de Gilbert Freyre e adota com efetividade à sua política externa, muito mais pelo caráter híbrido que esse discurso trazia, do que pelo seu caráter ético, por exemplo em relação aos contratos em São Tomé e Príncipe. Esse discurso é útil, tanto para a cooperação doméstica (ou seja, de manutenção das colônias em África), quanto para a cooperação internacional (ou seja, para imagem de uma boa governança portuguesa). A primeira se refere a prioridade de criar um discurso nas Províncias Ultramar, que desequilibrasse os movimentos anticoloniais e desse escopo aos movimentos reacionários com exemplos como “Angola sendo um futuro Brasil”. A segunda é consequentemente a apresentação para as organizações mundiais como a ONU e a OIT de uma metrópole que exerce um papel civilizatório fundamental, diferente da própria Inglaterra que criou sociedades de grande segregação racial, como EUA e África do Sul. A imagem de Portugal para a cooperação internacional é melhorada ainda por meio do relatório da OTAN sobre Portugal que calculava uma média cinco anos para que Portugal se desligasse de Angola (o que levou Nixon a reunir com Spínola e Mobutu na Ilha do Sal para acelerar o acordo de Alvor).

A elaboração teórica efetuada por Gilberto Freyre para o caso da sociedade brasileira tornou-se essencial para aplicação de uma política externa portuguesa, que se metamorfoseia para poder manter seu lugar de prestígio internacional, ao mesmo tempo que procurava amenizar as críticas internas (no seu território, como no ultramar) à manutenção das colônias. O discurso diplomático português foi se tornando ao longo do tempo menos lusitano e especialmente brasileiro. Não obstante às críticas que surgiram sobre a narrativa de Freyre, como a de Clovis Moura (1956) entre outros, como o próprio Mário Pinto de Andrade, fundador do partido Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA, esse discurso no Brasil perdeu suas práxis na produção acadêmica na década de 1970 com Florestan Fernandes. Impressionante que sua linha de pensamento foi sendo apropriada a partir de 1970, menos para abordagens localmente sociais do Brasil para narrativas das relações diplomáticas de cooperação do Brasil com Angola, principalmente.

A partir do patrocínio de Portugal a Freyre para uma expedição excursionista, que mais que uma conscientização moral da população africana anticolonial, tornou-se

sistematicamente política interna e externa de Portugal na segunda metade do século XX, esse pensamento outrora sugestivo, ganha dimensão política e aplicável para os trópicos, difundindo-se no terceiro mundo e ganhando posicionamento estratégico na recém estabelecida Guerra Fria (1945). As políticas internacionais a partir das independências africanas, indianas e asiáticas são desenvolvidas por meio de uma noção de apoio e sustentabilidade para povos recém independentes, que almejavam se estabilizar no cenário internacional. É importante salientar que muitos desses países já se inseriram no contexto internacional mesmo antes de se considerarem plenamente autônomos, como o caso de Gana.

A ideologia realista, vigente nas relações internacionais, se baseia em segurança e poder, nela se considera representatividade estatal como base fundamental para a cooperação e a manutenção da mesma. A formação de um Estado é gênese dentro de um contexto internacional e, conseqüentemente, um assunto internacional até pelo menos segunda metade do século XX. Os Estados africanos em sua estrutura nascem do internacionalismo, as independências dos países africanos desde 1956 a 1960 relaciona-se com a acesso aos paradigmas da sociedade externa e das relações internacionais construídas pelos líderes dos partidos anticoloniais. Portanto, se verifica que a democracia, condição para inserção desses países na política internacional, em primeira instancia, careceu de adequação e aplicação dos paradigmas externos a sociedades africanas.

Um desafio para essa questão foi bem analisado por Joseph Ki-Serbo, que expõe: “os novos regimes foram herdeiros do sistema autoritário e brutal anterior” (KISERBO, 2006. p. 62). Além desse recurso à democracia que parece ser relativamente um paradigma adotivo em África; outro, diria funcional, é a questão da globalização, considerando que esses dois, constituem requisitos necessário para a formação e inserção de um Estado na sociedade internacional.

As organizações internacionais criadas a partir de 1975, no escopo da Cooperação Sul-Sul, deram maior visibilidade ao discurso dos dois países. O consentimento e a segurança dos órgãos multilaterais nos quais os dois países são efetivos, celebram o carácter permanente que se tornou o discurso e a circunstância da sua produção. Não obstante, as movimentações internas dos países, a transição para a gestão democrática no Brasil desde 1975 e a aderência do governo MPLA para o bloco ocidental, assim como o conflito armado de pouco mais três décadas em Angola, não impossibilitaram a criação de uma sociedade internacional local que atendesse a

demanda do mercado, mas também de manutenção de um discurso diplomático sócio histórico. Essa segurança pode ter se mantido, além do caráter meramente costumeiro do volume discursivo e político, pelas possibilidades de intercâmbio colocadas de certo modo por cada um dos regimes de cada lado do Atlântico. Segundo Krasney, para corrigir as assimetrias no intercâmbio: "Os Estados do terceiro mundo esposam novo tipo de regime internacional com base em modos de alocação autoritária. Advogam um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em torno dos quais as expectativas dos atores convergem" (LEITE, apud Krasner, 2011, p.32).

Nesse aspecto a historiografia e os estudos sociológicos do século XX oferecem o sentido a cooperação técnica e a seus próprios regimentos, nesse caso, as agendas globais implementadas no Sec passado teriam aumentado a responsabilidade dos países desenvolvidos e médio como o Brasil, além de

A sociologia brasileira sofreu mudança seguido a lógica dos estudos geopolíticos para as cooperações internacionais. A partir de 1993, seguiram a linhagem da estrutura internacional e seus desafios, então, as elaborações sobre estrutura e funcionamento fundem num sistema de estudo vinculado a conexão do interno social e com primazia na sociedade internacional pela temática do desenvolvimento sustentável (NORBET, 1970, p.154). Os congressos nacionais de sociologia mostram, desde a década de 90, que há uma ruptura nos temas abordados, se verificarmos os anteriores. O IV Congresso do Conselho Nacional de Sociologia em Recife intitulou-se "A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade", ainda nessa sequência, o Congresso de 1993 teve como tema: "Uma sociologia para o século XXI". A sociologia internacional, a partir da fusão com a estrutura e funcionamento das características locais, difundidas nos estudos de Gilberto Freyre hoje ganha contornos com a produção do discurso vinculado ao aspecto técnico internacional do desenvolvimento sustentável. Assim, o discurso sobre a "irmandade cultural" de Angola e Brasil torna-se permanente, pois ganha novos suporte de consenso teórico internacional. O desenvolvimento sustentável foi o lema das últimas décadas do século anteriores, que moldou de sobremaneira as organizações criadas na altura, como a CPLP. Atores que contraem as relações culturais e sociais dos dois países, com pauta na difusão da língua e cultura intensificam o relacionamento bilateral e expandem as cooperações técnicas nas esferas internacionais a longo prazo.

Nas últimas duas décadas do século passado, a ascensão do bloco capitalista repercutiu na posição política, economia até mesmo no ideal estratégico que nascia nos novos Estados africanos sobre o plano internacional do não alinhamento da conferencia

de Bandung. O processo de transnacionalização desde então se verifica com várias movimentações técnicas e economias, por meio do gerenciamento das principais organizações mundiais, como o Banco Mundial e FMI. Além de movimentações economias e técnicas internacionais para o terceiro mundo de forma sistemática e alterna, se admite nesse contexto outros processos mais sociais de globalizações. Para Boaventura de Sousa Santos a globalização(s) é plural pois é de atores da economia de mercado mundial, que se movimentam e integram não apenas tecnicamente, mas também socialmente. Nesse aspecto, a geopolítica que se insere o Brasil e Angola na estratégia internacional, articulados pelas organizações que estimulam parcerias regionais, como as comunidades políticas, entre elas a CPLP, formam o carácter do "localizado globalizado" (BOAVENTURA, 1997, p 16). Conforme Boa Ventura Santos, o localizado globalizado é aquilo que, a partir do diálogo histórico entre os países, propõe que os aspectos culturais locais (língua, cooperação técnica e etc.) tornem-se instrumentos de propostas globais de desenvolvimento. Tal como sugere Sombra Saraiva (2012), o Brasil deve aproveitar de sua condição local (cultura) inserida em países africanos, principalmente os de língua portuguesa para tornar local (cultura) global; assim expande sua cooperação técnica ao âmbito também global. Embora seja irreversível o gênero de integração e cooperação, assim como o seu discurso histórico, a cooperação internacional se expande com algumas motivações tecnicamente sem precedentes, tal como: a peculiaridade funcional do país. A peculiaridade do país dever ser evidenciada no discurso, indicando uma função dentro do quadro mundial de cooperação. Após 2002, muitos autores como Sombra Saraiva chegam a apresentar um quadro não muito otimista sobre as características do discurso diplomático para a cooperação.

Foi significativo também no cenário económico para os países em desenvolvimento o pós-1989. No caso de Angola, os financiamentos do Banco Mundial e os programas de estabilização e estruturação lançados pelo FMI e pelo próprio Banco Mundial levou a reformas estruturantes dos anos 1980 até 2002 (MAFO, 2014, p. 7). A situação da crise de 1980 que havia afetado as economias em desenvolvimento trouxe para o Brasil a ideia de "época perdida"; enquanto Angola aderiu as regras da boa governança do FMI em 19 de setembro de 1989. Desde então, reformas nas estruturas internas e contra-acusações de corrupção levaram a um relacionamento institucional a longo prazo de dívidas de Angola com o Brasil que nesse período aumentaram consideravelmente.

A posição econômica do Brasil atualmente em relação a África, especialmente em relação a Angola é resultado de movimentos de acordos cooperação estabelecidos prioritariamente desde a década de 70, quando novos rótulos e direções foram necessários pela desestabilidade de 1980, a considerada época perdida. O caráter multilateral das relações internacionais do Brasil se compreende principalmente pelo regionalismo do Mercosul, a efetividade na ONU e a parceria com países africanos com destaque ao hemisfério sul. Sobre Angola as travessias, pontes e laços e afeições familiares já eram discursos básicos de mercadores particulares e da política externa do país nos anos 50, mas foi em 1980 segundo a Agencia Brasileira de Cooperação – ABC – que se assinou efetivamente o acordo de cooperação técnica para quase 30% das áreas do sector público, desde então há uma parceria sofisticada movimentada por uma narrativa permanente que é cada vez mais “regionalizada” quando elaborada com rigor para a garantia de sua influência na geopolítica econômica do sul. Verifica-se que embora haja certa influência desse discurso histórico na cooperação dos dois países, há uma disparidade entre ele e a própria cooperação técnica. O discurso é retórico e permanente porém as cooperações são descontínuas. Até 2002 ainda há uma extensa agenda de projetos a serem alcançados, o período de aproximação com Angola (1975-1980), ou ainda a “época perdida” parecem mais insucesso. Porém esse projeto busca a produção do discurso nesse período em que é reestruturado por conta de Angola ter se tornado afinal num Estado moderno. Até 2002, após algumas experiências bilaterais e multilaterais na sociedade política econômico internacional, o discurso de sucesso dessa relação entre Angola e Brasil só vai ver a cooperação ser incrementado no desenrolar do milênio.

METODOLOGIA

Para essa abordagem será usada a análise do discurso, pronunciamentos e manifestações políticas de momentos monumentalizados entre os contatos dos dois países Angola e Brasil. Convocaremos também a realidade social diferente dos dois países e o “mundo comum” (cultural, fraterno e cooperativo), que se almeja representar através desse discurso. Existe portanto, nos discursos, uma articulação com a história e a sociologia, de cunho acima de tudo ideológico, que de certa forma convida-nos para entender os monumentos e construção de memória comum dessa cooperação, ou contatos comerciais e sociais de tempos mais longínquos. Nos documentos escritos

antes de 1950 quase não se via a necessidade da construção de uma memória comum transnacional (até pela “ilegitimidade” com que os grupos sociais em Angola eram tratados pelos colonos, tendo assim, apenas a metrópole como possibilidade de cooperação). Desde a década de 50 com a teoria do lusotropicalismo de Gilberto Freyre, pretende-se provar e legitimar uma memória comum entre os PALOPS através do colonizador comum. Discurso que se tornou permanente desde então nas relações internacionais Brasil e Angola.

A análise do discurso terá domínio na pesquisa desse projeto pela relevância dos discursos presidenciais ou consulares no âmbito das políticas internacionais. Como afirmou Jackes Noa “O escrito, o texto é mais frequentemente monumento do que documento” (NOA, 2015, p. 544), o senso crítico do historiador nos levará a analisar os documentos “vagos” até a sua transcrição em apontamentos sobre a relação Brasil e Angola. Entender os textos escritos como um léxico da gramática (linguagem) que transforma o documento em monumento. Pensar o método da análise do discurso, enquanto construção ideologia é pensar o período da sua teorização. Num período convulsivo da política e evolução das relações internacionais e humanas, o “documento/discurso” torna-se uma fonte adequada para a análise desse projeto.

Esse trabalho tem caráter interdisciplinar, que ora usa das teorias sociológicas e ora usa das construções históricas produzidas por esse discurso de Cooperação Brasil e Angola. O discurso diplomático de cooperação técnica se fundamenta em fatos históricos, sustentados pelo suporte da sociologia política. De certa forma, são essas disciplinas que auxiliam a fundamentação da política externa brasileira.

A variedade de fontes que podem ser documento abre ainda mais o espaço para a interdisciplinaridade. Mas nesse momento iremos trabalhar apenas com documento escrito. No entanto, a leitura não deve ser simplista, o texto traz um cunho ideológico próprio da subjetividade do autor.

Esse trabalho visa despertar interesse de várias áreas do conhecimento pela sua natureza interdisciplinar, considerando que a interdisciplinaridade “surge como uma metodologia que busca superar a fragmentação do conhecimento em prol de uma visão integradora” (Seminário Internacional de Educação Superior, 2014). Portanto, para essa pesquisa o método interdisciplinar deverá ser usado desde a coleta de dados até as análises teóricas e, por fim, sistematizar o resultado para a integração do conhecimento.

O método da análise de discurso de Michel Pêcheux se difundiu em “escolas” no mundo, alguns princípios da sua elaboração conceitual “sobre a relação língua/sujeito/história ou, mais propriamente, sobre a relação língua/ideologia, tendo o discurso como lugar de observação dessa relação” (ORLANDI, 2013, p. 2) estão presentes para a análise do caso brasileiro. No entanto, o caso brasileiro, poderíamos pensar em uma ligação entre língua/ideologia, em que a ênfase da construção ideológica é fortalecida pela relação poder/teoria, configurada no sujeito que tem o poder de diálogo com a ideologia por dominar a teoria. A relação poder/teoria constrói um discurso (a expressão da língua) histórico marcado pela relação do uso da ideologia pelo sujeito para a aproximação política internacional entre Brasil e África. Considerando que os temas centrais desse trabalho são as relações internacionais e humanas levaremos em conta as seguintes perspectivas metodológicas: “Para as Ciências Humanas e Sociais em geral, já que elas se sustentam sobre a noção de sujeito, de linguagem e de situação, o efeito é o da redefinição do que é político, do que é ideologia, do que é histórico, do que é social, fazendo intervir a linguagem (como algo que não é transparente)” (ORLANDI, 2013).

Espero ter traçado aqui campos metodológicos cabíveis para alcançar os objetivos.

LEVANTAMENTO BIBLIOGRAFICO:

CASTRO, Thales. *Teoria das relações internacionais* / Thales. Castro. – Brasília: FUNAG, 2012.

DANESE, Sergio França. *Ensaio de história diplomática do Brasil ((1930 - 1986)*, Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

GABARRA, Larissa. África pós-1970: do terceiro mundo a propostas de cooperação sul-sul. *Boletim Tempo Presente (UFRJ)*, v. 7, p. 12, 2013.

SANTOS, José Francisco dos. “Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflitos com Portugal no cenário da Guerra-Fria?” Tese do programa de pós-graduação em história. PUC-São Paulo, 2015.

SANTOS, José Francisco dos. *Movimento Afro-Brasileiro Pro-Libertação de Angola (Mabla) - Um Amplo Movimento: Relação Brasil e Angola de 1960 a 1975*. Dissertação no programa de pós-graduação em história. PUC-São Paulo, 2010.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA:

ABRANCHES. Henriques. *Misericórdia para o reino do congo!* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

BATSIKAMA, Patrício Mampuya Cipriano, *Nação, nacionalidade e nacionalismo em Angola*, Universidade Fernando Pessoa, 2015.

ELIAS, Norbet. *Processos de construção de estado e construção de nações*, 1970-escritos e ensaios 1- Estado, processo, opinião, pública, 1970.

KRASNER, Stephen D. *Structural causes and regimes consequences: Regimes and intervening variables*. Massachusetts. international organization, 36, 2, sprint 1982, Massachusetts institute of technology, 1982

MANZUR, Tânia Maria P. G. *A política externa independente (PEI): Antecedentes, apogeu e declínio*. S.Paulo. Lua Nova, São Paulo, 93: 169-199, 2014.

MARTINS Raphael Ricardo. *Revista Acta Revista do Grupo de Pesquisa “A escrita no Brasil colonial e suas relações”* Acta, Assis, v. 2, 2013. Revista Acta, Assis, v. 2, 2013.

NUNES José Maria Pereira. *Mario Pinto e o lusotropicalismo*, Rio de Janeiro. Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA, Universidade Candido Mendes – UCAM.

PINHEIRO, Letida *"Ao vencedor, as batatas": o reconhecimento da independência de Angola*. Rio de Janeiro nº 39. estudos históricos. 2007

WEBER, Maria Priscila. *“Aquela belicosa raynha com valor costumaz”*: as ambiguidades de Ginga na obra *“história geral das guerras angolanas”* de Oliveira de Cadornega e seus usos na historiografia brasileira. Rio Grande do Sul. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

FONTES:

Arquivo Histórico ultramarino-colonial, capitania geral do Rio de Janeiro, 1648, documento nº 642-CATÁLOGO DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS AVULSOS REFERENTES À CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO EXISTENTES NO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO AHU_CU_017 Rio de Janeiro, disponível em: <http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc017/CU-RioJaneiro.pdf>, acesso em: 02 de Janeiro de 2017.

Camara dos deputados, decretos, Angola, disponíveis em; <http://www2.camara.leg.br/busca/?q=Angola>, acesso em: 02 de Julho de 2017.

FUNAG, Mapeamento da produção acadêmica em Relações Internacionais sobre Angola, disponível em: <http://www.funag.gov.br/index.php/pt-br/2015-02-12-19-38-42/655-mapeamento-da-producao-academica-em-relacoes-internacionais-sobre-angola>, acesso em: 02 de Julho de 2017.

GEISEL, ernesto: 30 de dezembro de 1975 - Saudação de fim de ano ao povo brasileiro,

pela televisão, Biblioteca da presidência da república, Brasil, 1975. disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1975/54.pdf/view>, acesso em: 02 de junho de 2017

HENRIQUES, Fernando Cardoso , Biblioteca da presidência da república, PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 31 DE JULHO DE 2002, disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/2o-mandato/2002/copy_of_20.pdf/view, acesso em: 02 de Julho de 2017.

HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO BRASILEIRA ABC (Agência Brasileira de Cooperação), disponível em: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>, acesso em 02 de Julho de 2017.

HISTÓRICO DOS CONGRESSOS BRASILEIROS DE SOCIOLOGIA, sociedade brasileira de sociologia, Histórico.

QUADRO, Jânio, Mensagem ao congresso nacional, Biblioteca da presidência da república, Brasil, 1975 disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/janio-quadros/mensagem-ao-congresso-nacional-janio-quadros-1961.pdf>, acesso em: 02 de julho de 2017.

Transatlântic slave database, Banco de dados de viagens 1600-1699, disponível em: <http://www.slavevoyages.org/voyage/search>, acesso em; 02 de julho de 2017

CAPÍTULO 1:

Relações históricas (e por que não internacionais?) entre Angola e Brasil

O discurso diplomático entre Brasil e Angola está pautado em relações históricas entre os países que fundamentam a característica das narrativas que justificam a cooperação atual. Essas narrativas retornam num tempo pretérito distante, como um prolongamento, das relações entre os dois países. A partir do século XVII há registros consideráveis de viajantes que apresentam experiências comerciais e culturais, quer sejam profícuos ou não, entre os dois países. As relações da atualidade económica hoje tem, segundo Sombra Saraiva, uma justificativa “culturalistas”, construído uma história de vários processos de trocas comerciais, em que reside a relevância discursiva. As narrativas exaltam o diálogo singular do Brasil para África (Angola), conduzindo uma parceria, como se fosse naturalmente cultural, refinada pela sua dimensão sociopolítica, que gera viabilidade para a cooperação.

Os primórdios de um núcleo rígido de fraternidade nas narrativas da cooperação Brasil e Angola, que resultam na atual configuração cooperativa e seu discurso promissor, são conferidos a partir da história que envolveu os dois países no âmbito da colonização portuguesa. A presença brasileira em Angola deu-se inicialmente pela fragmentação do segundo império português (colonização das terras portuguesas nas Américas), que cada vez mais descentralizada, designou a progressão de poderes políticos, econômicos e até segurança militar em várias partes dos territórios ultramar, permitindo uma acessibilidade da elite comercial dos dois lados da margem do Atlântico. Segundo o banco de dados The Transatlantic Slave database, no século XVII, dentre as transações do tráfico de escravos da África para Caribe, América do norte, Europa e Brasil, aproximadamente 80% dos embarcados de Luanda, Ambriz, Loango (região denominada no período como Congo-Angola) eram levados aos portos brasileiros². Embora a participação massiva do Brasil no comércio escravocrata, efetivamente lícito, conferidas por meio das taxas pagas à coroa e de transações ilícitas de mercadores em ascensão tanto no século XVII, quanto no seguinte, tenham sido o ponto de partida para posteriores relações entre Brasil e Angola de variadas espécies,

2 De acordo com os dados do transatlantic slave trade database, disponível em: <http://www.slavevoyages.org/>, acesso em: 04 de Agosto de 2017, calculei o número de escravos embarcados na costa do oeste central para as américas incluindo o Brasil que o número total equivalia a 20%, considerando os seguintes números: Embarcados; 488,096. Desembarcados no Brasil: 398,568.

não é possível falar de cooperação internacional, muito menos de um discurso sobre isso.

O processo de negociação para abastecimento de escravos de Angola foi uma construção de relações internacionais, que não podem ser classificadas como uma cooperação técnica, mas é possível entendê-la em seus contatos entre uma elite comerciantes sul-sul. Ora bem, os grupos que negociavam diferentes produtos, partilhavam saberes (técnicas de guerra) e estabeleciam agregação entre famílias no litoral de Luanda, do Rio de Janeiro ou Salvador. As famílias de Luanda não se restringiam a cidade, elas eram oriundas do interior de Angola, às margens do rio Kwanza – que compreendia os povos da Matamba, os nômades Jagas. Esses grupos no século XVII já haviam ratificado sua independência a despeito dos povos do norte (Reino do Kongo; Luanda portuguesa). Tal como apreciaram os viajantes Cavazzi e Cardonega, havia se estabelecido uma “Corte” de cunho estadista em Cassanje, na região do norte de Angola, onde se localizavam. A integração e organização social, militar e política desses povos com base em poderes políticos centralizados, um formato de poder político próprio e regulador demonstra o que no século XX, os revolucionários africanos irão chamar de autodeterminação, a partir de realidades sociais – já bastante debatidas no meio intelectuais –, porém que o discurso diplomático não reconhece, não se apropria, perde as dimensões econômicas que essas negociações produziam, enquanto um formato precedente do que vem a ser hoje cooperação técnica internacional.

Mesmo que muitos aspectos da história da relação entre os dois países sejam apropriados pelo discurso diplomático, essa apropriação tem seus limites. Os relatos sobre o período do tráfico Atlântico têm sido úteis para enriquecer e valorizar o protagonismo dos países do hemisfério durante o mercantilismo e grandes navegações, quando apenas a Europa era entendida como sujeito histórico. No entanto, esses estudos apesar de mostrar uma intensa comercialização multilateral entre regiões, hoje Estados Africanos, como Angola, e Latino Americanos, como Brasil são pouco utilizados para estudos das relações internacionais e suas cooperações multilaterais. Como demonstra Patrício Batsikama, ao falar da rentabilidade do tráfico escravagista realizado entre as missões católicas e os mwatas – chefes, por meio dos pombeiros que se criaram como uma classe intercultural que entendia os jogos das duas sociedades em questão. Os pombeiros com certeza entendiam que no antigo reino de “Ndôngo a escravidão é uma questão jurídica e não social” (BATSIKAMA, 2015, p.226). Há um profundo descaso

em trabalho na área de relações internacionais que pensem a tradução dos significados daqueles acordos comerciais para a compreensão de relações históricas entre as margens do Oceano para além da referência ao lusotropicalismo.

Alguns elementos nos chamam atenção como a presença de mercenários das terras Brasileiras utilizados como mercenários para a guerra de Ambwila entre o reino do Kongo e portugueses em 1665 e mais tarde em conflitos no interior de Angola; mercenários dessa região da África que vieram à Pernambuco para ajudar com o Quilombo do Palmares e a revolta do Cariri; ou ainda os governadores militares brasileiros, André Vidal Negreiros e João Fernandes Vieira, que lideraram a insurreição pernambucana pouco menos de uma década antes de serem governadores de Luana. Outra personagem relevante da história dessa proximidade foi o português Salvador Correia de Sá e Benevides que como Governador geral de Angola, em 1648, levou a cabo junto com 1400 mercenários do Brasil a recuperação de Angola das mãos dos holandeses (Arquivo Histórico Colonial, documento nº 642, anexo ao documento nº 640, caixa nº 2- Rio de Janeiro), foi governador do Rio de Janeiro no Brasil entre outros locais nas Américas, como Rio da Plata. Essa espécie de política de segurança, que se preocupava em atender à guarnição dos presídios, a navios estrangeiros nos portos locais, às guerras locais – que se ampliavam através de casamentos entre esses portugueses e filhas de chefes locais fez da política portuguesa uma Luanda e suas zonas de influências engendrada por pessoas das terras Brasileiras. A criação do Conselho Ultramar em 1642 foi presidida pelo então vice-rei do Brasil, D. George Mascarenhas, o novo órgão trataria de assuntos sobre as colônias e sua segurança, funcionando como um tribunal ultramarino. Tão forte eram essas relações que se constituíam para além de Portugal entre as margens do Atlântico, que o português mais indicado para o posto do Conselho de Ultramar era aquele que ocupava o posto de vice-rei no Brasil. Homens de negócio, de política e de guerra da administração portuguesa como Sá Bandeira e George Mascarenhas que pelo seu envolvimento com a dinâmica social do Brasil podem ser entendidos como brasileiros. Tal como vimos, o século XVII é importante para apreciação do encaminhamento das relações sociais entre Angola e Brasil. Consta-se muita presença brasileira na administração colonial, incluindo postos militares; aproximadamente 60% dos governadores gerais de Angola foram

governadores das capitanias no Brasil³. A reconquista dos portugueses de Ngola, que substituíram a relação entre os holandeses e os nativos do porto de Mpinda (Soyo), gerou solicitações, de cartas e requisições, de títulos militares para os mercenários brasileiros que acreditavam por essa via na ascensão social.

Assim, o século XVII deveria interessar aos estudos de relação internacional hoje pois podem ser visto como os primeiros passos dessas relações sul-sul, iniciada entre os governadores gerais e suas famílias e clientes do Atlântico Sul. Muitos autores consideram até esse momento um “período de relativa liberdade” (ARRUDA, 2011, p. 5), que como foi apresentado criou inúmeras relações comerciais e políticas, além dos vínculos familiares entre as margens do Oceano. O período consecutivo do mercantilismo exclusivo silencia o discurso de “pertença” que surgia na elite das capitanias nas terras Brasileiras e Angolanas. O mercantilismo produziu novas narrativas sobre Angola na medida que a política de segurança determinada a partir o a recuperação tanto de Recife (1622) quanto de Angola (1645) dos Holandeses, levou Portugal a uma configuração diplomática que mudaria o quadro político-militar e económico do sistema colonial ultramarino no século seguinte. Os contatos com os Franceses e os tratados ratificados com a Grã-Bretanha estabeleceram a participação de Portugal na pré-industrialização e na geopolítica anglo-portuguesa. O tratado de Methuen em 1703 tem relevo pelo carácter cooperativo, técnico e acima de tudo comercial que influenciou uma série de políticas interna brasileira para corresponder a demanda imposta pela Inglaterra, via Portugal. Neste contexto, se adiciona o descobrimento das minas de ouro, as reformas pombalinas inspiradas no iluminismo Britânico, direcionado para o mercado europeu, estava assim então estabelecida o que se pode considerar como o sentido estrito-senso de colonização (monopólio da produção e exportação). Apesar da força o exclusivismo mercantil, muitos autores acreditam haver certa autonomia dos senhores locais; por exemplo, o regulamento de preços pela câmara da Bahia de 1779, além dos contrabandos e até autorizações de mercadores por parte da coroa estabelecer o trato autonomamente. Nesse contexto a procura e apropriação de mercados no ultramar era inerente; o mercado da cachaça no século XVIII em Angola era sem dúvida uma linha de exportação entreposta ao "exclusivismo" (MILLER, 1999).

³ A partir da lista de governadores de Angola no século XVII (Disponível em : https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_coloniais_de_Angola Acessado em: 04 de Agosto de 2017, entrecruzei com os documentos do arquivo histórico ultramarino para saber suas origens.

Ao olhar para a base escravagista, segundo um mapa de escravos exportados da capitania de Benguela, foram 217.138 escravizados e exportados para o Rio de Janeiro no período de 1751-1800 (Arquivo Histórico Ultramarino/biblioteca nacional-Rio de Janeiro). Ainda segundo o Transatlantic slave trade database tráfico o número de desembarcado no Brasil cresceu 30% na primeira metade do período do exclusivismo metropolitano no Brasil (Transatlantic Slave Trade Database/Slave Voyage), o que confere não apenas o domínio e o superlucro da metrópole, mas a participação de agentes e homens de negócios locais. A discussão sobre brechas no "exclusivismo metropolitano" constitui uma das bases de construção transatlânticas e laços de segurança comercial, entre Angola e Brasil. Sobre o assunto, alguns autores como Jucá de Sampaio (2004), apresenta por meio de declarações dos governadores do Rio de Janeiro a denúncia da falta de regimento, excessivo contrabando e descaminhos do ouro, além dos homens de negócios financiados por Portugal para fazer os negócios de forma autônoma. Considerando a alegação do governador do Rio de Janeiro Luís Vahia Monteiro (1734) de que o Rio seria o maior aviamento de mercadorias dentre outras capitanias e da própria América. Nota-se que se estabeleceu já naquele período espaço estratégico comercial para as cooperações internacionais, espaço produzido, em grande parte, sobre as mercadorias de Angola.

Desde o século XVII, um dos principais produtos de exportação da colônia brasileira era a aguardente que pelo baixo custo mantinha um grande mercado na África e em especial em Angola, como produto de troca de escravizados. Incrivelmente, o comércio dessa bebida passa despercebida pelas leis alfandegárias. Segundo José Curto, “a Cachaça teria sido originalmente introduzida em Luanda por volta de 1650 pelos comerciantes coloniais brasileiros que procuravam uma entrada no comércio de escravos no oeste da África Central” (CURTO, 1999, p. 69).

Alguns aspectos imprescindíveis para a produção do discurso diplomático entre Brasil e Angola se diferem: 1) século XVII denominado de políticas de segurança; 2) século XVIII denominado de comércio sul-sul; 3) século XX em diante denominado de comércio multilateral ou cooperação sul-sul. Nos interessa a negligência do discurso diplomático no século XX, que se baseia na herança história das relações culturais Brasil e Angola produzidas numa longa duração, mas não dá existência das relações econômicas também na longa duração. Nesse século XX o que é interessa é a produção do discurso e o reconhecimento do Estado, tornando o discurso histórico (somente por um único olhar) permanente.

CAPÍTULO II:

Olhar para Angola da política externa brasileira

A política externa do Brasil foi construída inicialmente a partir de contrastes domésticos, que priorizavam a formação sócio identitária do país, projetava-se assim a nação a partir da configuração local. Porém o processo de construção dessa identidade, por mais local que se propunha não poderia se desvincular das relações externas, pois – a sociedade brasileira foi construída pela ação das populações indígenas locais, dos escravizados oriundos da África e de imigrantes provenientes da Europa, tem na sua base formativa uma sociedade internacional no trópico. Muitos autores e precursores da sociologia brasileira do século XX talvez não tenham interessado em analisar a sociedade escravocrata na sua dimensão internacional, pois os moldes interpretativos desse período histórico são calcados no monopólio comercial e no sistema mundo colonial; sistema esse pensado como princípio apenas europeu, eliminando a possibilidade interpretativa das relações entre regiões – relações internacionais⁴ – nas margens sul do Atlântico.

Ao estudar a política externa no Brasil no século XX tem que dividi-la em ao menos dois momentos, quando pensada em relação a Portugal; mesmo independente o país costumava participar do cenário internacional concordando com as posturas de Portugal; e posterior a ruptura com as prerrogativas portuguesas. É durante a década de 1970, já nas últimas negociações internacionais da independência de Angola, que o Brasil vai se colocar contrário a Portugal e ser o primeiro país a reconhecer a independência de Angola. Mas essa postura em relação a política externa brasileira tem seus fundamentos no lusotropicalismo.

Os acontecimentos econômicos no mundo e na África (às vésperas da estruturação do Estado angolano), adentrando no período denominado pós-colonial, moldaram o discurso de cooperação do Brasil para Angola de tal maneira que a influência desse discurso, na cooperação técnica foi comprometida. O Brasil naquele momento passava por um período economicamente equilibrado, do “milagre econômico” na era do regime militar, no qual o PIB teve um salto de 4,8 % em 1968 para 14% em 1973 e uma política externa de “alinhamento automático” com fluxo

⁴ Internacionais pensando o sentido de nação ampliando para além do conceito de estado-Nação. Não interpretada como um povo de mesma história e língua. Ver m

comercial norte-sul ou ainda o rótulo de Brasil potência e o apoio regionais à implementação de governos ortodoxo no Chile, Uruguai e Peru.

Durante o primeiro período da ditadura militar no Brasil (Castelo Branco de 1964-1968), período de “contenção económica”, alguns críticos desaprovam a exagerada acumulação e estatização da economia, numa altura em que segundo Médici “As exportações atingiram a mais de três bilhões e novecentos milhões de dólares, dos quais cerca de um bilhão de dólares corresponde a produtos industrializados” (BIBLIOTECA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, Médici, 1972). Sequencialmente algumas movimentações macroeconómicas (no qual o Brasil estava encarnado) se seguiram, como afirma o jornal “Folha de S. Paulo”, que começava a publicar a partir de 1972 a 1973 consideráveis indícios de uma crise monetária internacional, o desacordo do ocidente com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, e finalmente o “colapso do dólar” em Março de 1973, quando segundo Boyer “a economia mundial opera na ausência de um regime monetário internacional”. Contudo nessa altura se aprecia a abertura económica inicialmente no cenário internacional, na busca pelos novos mercados em países africanos. Ainda no governo Médici, o chanceler Mario Gibson Barbosa (que foi chefe do gabinete do chanceler Afonso Arinos em 1961) começa uma cruzada ao Centro-sul da África por algumas dinâmicas comerciais privadas e acordos de cooperação econômica. O chanceler foi ao Senegal, Togo, República Democrática do Congo, Gana. Gibson acaba sendo responsável por reata uma descontinuidade das relações internacionais do Brasil em África, que haviam estagnado desde a implantação da que a primeira embaixada brasileira na África subsaariana havia sido estabelecida em Dacar (Senegal) em 1960. Os contatos são retomados depois de mais de uma década, quando em 1972 torna-se o “ano da África” para o discurso diplomático do Brasil. Esse movimento do estado brasileiro se vira contra qualquer aspeto do dito dilema “dependentista”, no qual os países latinos se encontravam em relação a sociedade internacional. Assim, em 1972 Mário Gibson Barbosa e a câmara do comércio se expandem no leste africano, junto a empresários e novos investidores para o mercado africano. A aproximação no governo militar Médici de África constrói desde já um discurso cultural com o suporte histórico social, introduzindo com indícios de jurisdição do espírito das “relações luso-brasileiras” com Portugal e os futuros países independentes (o que acontece quase 3 décadas depois com a criação da CPLP); ao mesmo tempo, que apresenta, como crucial, a separação com Portugal no que diz respeito a manutenção desse das colônias de língua portuguesa, a

como afirmou Médici para a nação lusitana “Não posso esquecer, neste momento, de tamanha significação para o Brasil, aqueles que, embora portugueses, souberam compreender a decisão da gente brasileira de criar para si um destino, próprio e autônomo, colocando-se ao nosso lado no grande evento histórico, cujo sesquicentenário ora comemoramos.” (BIBLIOTECA PRESIDENCIAL, Médici,1972) Esse pronunciamento foi feito numa cerimônia de condecoração de mérito Grã Cruz, no qual Mario Gibson Barbosa foi condecorado, acalentava a ex-metropole que seguiu por mais dois anos “bélicos”. Para Portugal, tanto interna, como externamente, os vultos anticoloniais dos movimentos de libertação nas colônias, a pressão da OIT, a revolução dos Cravos, o Brasil consumado a sua autonomia política internacional (não necessariamente discursiva) trouxeram as marcas do fim do III Império Português. Segundo o jornal “Folha de S. Paulo”, (1972) o destino do Brasil é a cooperação solidária . O discurso histórico lusotropicalista, noutrora híbrido, agora era ampliado para as ex-colônias portuguesas na África. O governo do general Geisel se destaca pela atuação política um pouco, contra ideológica interna e externa do regime, a promessa de “um largo, seguro e decisivo avanço” (Folha de S. Paulo, 1974), no encaminhamento e inclusão definitiva dos países de língua portuguesa na política externa Brasileira. A par do II Plano de Desenvolvimento, “o pragmatismo responsável” foi o lema que guiou a política externa no governo Geisel no qual, até 1975, os avanços desse projeto seriam o acordo com a Alemanha para o desenvolvimento da energia nuclear, alguns acordos de amizade e cooperação económica regional com Paraguai e Bolívia e finalmente as relações diplomáticas com os Países de Língua Oficial Portuguesa na África. A esse novo desafio o presidente apela por “crédito às políticas de aproximação”, considerando as manifestações contra o reconhecimento de Angola que se fazia na imprensa, no Itamaraty e na chamada linha-dura do Estado, que discutiam as posições da nova política externa.

Desde o II Plano de Desenvolvimento de Geisel até a distensão branda da ditadura não foi um momento fácil para as relações com a Angola. Em 1973 as exportações do Brasil para África eram 190.001, crescendo quase 20% no ano seguinte, mas que não incluía Angola. A intensão de criar essa relação permanece instável já que nos anos seguintes, após a independência de Angola, a tensão interna nesse, aumentou por causa do conflito armado entre os três movimentos MPLA, FNLA, UNITA. No norte e no sul, as acirradas alianças das forças prós e contra ocidentais, mantinham o olhar de outros Estados mundiais, além das próprias organizações mundiais. O MPLA,

partido apoiado pelo Brasil sofria crise política interna, como externa. No âmbito internacional, o MPLA se revertia de um partido socialista para um capitalista, ao buscar o apoio dos Estados Unidos em detrimento do bloco socialista da URSS. O Brasil acompanhou esse processo com enviados especiais, como Ovídio de Melo, do escritório de representação nesse período 1975-1979.

O escritório de representação especial do Brasil, dirigido pelo embaixador brasileiro Ovídio de Andrade Melo, embora com meios técnicos precários, e com um diálogo desequilibrado com o Itamaraty⁵, realizou alguns contatos para cooperação na área da economia, saúde e educação. Sem hesitar conseguiu alguns contatos que apresentaram alguns consentimentos da política de aproximação que o Brasil propunha para Angola. Numa viagem a Der-el-Salam, sentado ao lado de Agostinho Neto, relembra Ovídio:

“Ouvi mais do que falei. O líder do MPLA mostrou-se contente com a nova orientação da política externa brasileira com relação à África. Concordou com a abertura de uma Representação Especial em Luanda. Revelou-se muito interessado pela cooperação de todo tipo que o Governo brasileiro pudesse dispensar a Angola, antes, durante, depois da independência que viria em 11 de novembro” (MELO, 2009, p. 103).

Essa disposição- que não havia em outros partidos, levaria o Brasil se posicionar ao partido pela verossimilhança que o discurso proposto, vem a ser confirmado, tendo em conta o curto espaço de tempo daquele janeiro para a independência de Novembro, porquanto mais do que uma relação tecnicamente diplomática, era obvio a necessidade de um consentimento do discurso cultural e histórico, produzido em vários momentos da política brasileira. Mais profundo do que isso foram as motivações sócio-culturais e raciais que o Ovídio discorre de Neto:

“Sobremodo impressionou-me a visão ampla e compreensiva que Agostinho Neto tinha da situação do Brasil e de Angola no mundo, da cooperação intensa que poderia haver entre dois países irmanados pela cultura, pelas etnias e mestiçagem, tão complementares para o estabelecimento de relações comerciais, econômicas, técnicas, culturais, relações de todo tipo” (MELO, 2009, P.103).

O carácter ideológico do MPLA, ao abrigar a diversidade racial, seria sem dúvida um espaço promissor para a produção conjunta desse discurso lusotropicalista metamorfoseado em “irmandade cultural” entre as duas ex-colônias portuguesas, anexado as cooperações técnicas.

⁵ Ovídio viveu um ano de tensão político partidária, teve problemas em relação a telégrafos não correspondidos, principalmente a devido a tensão com o Chanceler Azeredo Silveira. As pressões devido a conflitos e o jogo político da Guerra Fria o presenciou até seu regresso ao Brasil em 1976.

De um modo geral, as primeiras cooperações entre os dois países se deu a partir do reconhecimento da independência de Angola pelo Brasil. A década de 1980 o Brasil abriu-se para Angola. A primeira assinatura de cooperação técnica em 1980, as seções seguintes realizadas pela cooperação mista bilateral nos anos de 1982-1992, ou ainda a abertura de vagas das universidades brasileiras para angolanos em 1991 (sob governo Collor) não foi suficiente para entender a atuação econômica do Brasil nesse período para além do precário, se compararmos com os investimentos da China e Estados Unidos. Um aspecto é a dimensão internacional do comércio de Angola, que depois da queda do muro de Berlim, a abertura do mercado tornou-se mais preeminente em Angola para países capitalistas como os Estados Unidos e China. O Brasil estava em um nível baixo na escala do comércio exterior de Angola.

Se o volume de comércio era pouco entre Brasil e Angola, o volume do discurso culturalista dessa diplomacia continuou considerável. O presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, em 2002 afirmou: "Quero fazer, pois, um chamado à razão e à sensatez. Os povos e as nações valem mais do que os mercados. Sem povo e sem nação, não existe mercado" (CARDOSO, 2002, p. 167). Essa realidade demonstra dois aspectos: A democratização, no Brasil pós 1988, retomou a ideia de um discurso constituído frente ao novo Estado para reafirmar e contrair relações culturais e sociais, como também promover a extensão técnica internacional ao longo prazo.

Portanto, o discurso de cooperação entre os dois países se insere na sociedade internacional, que consagra o desenvolvimento sustentável como discurso. No Brasil, esse discurso diplomático internacional ganha uma série de programas aleatórios a partir dos anos de 1992, conforme anuncia pelo presidente Fernando Henrique Cardoso:

"Dez anos após a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente – a Rio 92 – o desenvolvimento sustentável é um conceito consagrado, mas ainda de eficácia relativa, por conta da omissão de países mais afluentes. Esperamos que a Cúpula Mundial de Johannesburgo permita avanços decisivos na direção de uma globalização mais justa e mais solidária" (CARDOSO, 2002, p. 167).

A principal resolução da Rio-92 foi a Agenda 21, que em 2002 foi ratificado no Brasil passando a funcionar como Agenda 21 Brasileira, ocupando sobre o tema os ministérios do ambiente e recursos hídricos. O capítulo 2 dessa Agenda declara a "Cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento das políticas internas conexas

A agenda da relação Brasil e Angola nesse momento ganha uma diretriz internacional. Ainda assim, o discurso histórico da "irmandade cultural", para usar as

palavras de Neto, é mantida e refinada nesse novo contexto. Porém, os resultados esperados da cooperação técnica entre os dois países, mais uma vez, são adiados na sua potência máxima.